

Da admissibilidade e do objeto da licitação

A impugnante apresentou a peça dentro do prazo legal do art. 164 da Lei 14.133/2021, razão pela qual se reconhece sua tempestividade e legitimidade para questionar o edital.

O objeto do Pregão Eletrônico nº 90058/2025 é a aquisição de veículos para transporte de passageiros no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, com dação de veículos usados como parte do pagamento, nos termos definidos no Edital e no Termo de Referência.

Da ausência de pertinência entre os pedidos e o edital

O Termo de Referência e o Edital tratam, de forma clara, de aquisição de caminhonetes, vans, micro-ônibus, ônibus rodoviários e quadriciclo, com especificações técnicas detalhadas dos veículos, prazos de entrega, condições de dação de veículos usados, requisitos ambientais, critérios de julgamento e habilitação.

A impugnação, contudo, volta-se a temas como ISO 9001, alvará sanitário e estrutura regulatória típica de atividades de saúde, mencionando inclusive ambulâncias tipo A e cenários operacionais que não constam em nenhum momento do Termo de Referência ou do Edital deste certame, o que indica provável equívoco de direcionamento do pedido a processo licitatório diverso.

Das exigências de habilitação já previstas

O Termo de Referência disciplina exaustivamente as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, incluindo inscrição em órgãos competentes, regularidades fiscal e trabalhista, comprovação de capacidade econômico-financeira (balanço, índices LG, LC e SG, patrimônio líquido mínimo, balanço de abertura para empresas recém-constituídas), e ato de autorização para exercício da atividade de comércio de veículos automotores, com credenciamento no RENAVE, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução CONTRAN nº 809/2020.

No tocante à qualificação técnica, o instrumento convocatório adota o padrão do modelo nacional da Câmara Nacional de Modelos da CGU, sem exigir certificação ISO 9001 nem alvará sanitário, por não se tratar de objeto ligado à prestação direta de serviços de saúde ou processamento de insumos sujeitos à vigilância sanitária, mas sim de fornecimento de veículos novos com especificações técnicas e garantias de fábrica, com assistência técnica em Sergipe.

Da desnecessidade de ISO 9001 e de alvará sanitário para o objeto

A Lei 14.133/2021 admite, em tese, a exigência de certificações de qualidade como ISO 9001, desde que haja pertinência e proporcionalidade com o objeto, o que não se verifica no presente caso, dada a natureza de bem comum padronizado e a ampla oferta de fabricantes e concessionárias no mercado, já regulados por normas de trânsito, ambientais e de consumo.

A exigência adicional de certificação ISO 9001 e de alvarás sanitários para licitantes, tal como pretendido, representaria restrição injustificada à competitividade, pois não decorre de risco específico identificado nos Estudos Técnicos Preliminares, que tratam de renovação de frota, economia de manutenção, segurança viária e atendimento a programas institucionais de transporte, sem qualquer previsão de uso como ambulâncias ou unidades de saúde.

Do atendimento à Lei 14.133/2021 e da competitividade

Os Estudos Técnicos Preliminares demonstram que os veículos são bens comuns amplamente disponíveis, que o mercado é competitivo e que a solução escolhida (aquisição com dação de veículos inservíveis) é a mais vantajosa para a Administração, inclusive mediante análise de valores de mercado e de custos de manutenção dos veículos usados.

A matriz de exigências do edital foi construída a partir do modelo aprovado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos, observando os princípios da isonomia, competitividade, proporcionalidade e vantajosidade, não havendo lacunas que justifiquem a inclusão dos requisitos adicionais propostos pela impugnante.

Da conclusão e do indeferimento

Diante da constatação de que os pontos levantados na impugnação não guardam relação direta com o objeto desta licitação, tampouco decorrem de qualquer omissão relevante de exigência indispensável à execução contratual, conclui-se que a peça não demonstra irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021.

Registra-se, ainda, que tudo indica ter havido equívoco da impugnante quanto ao processo licitatório a que se referem suas alegações, uma vez que discute requisitos típicos de contexto diverso daquele da aquisição de veículos aqui tratada, razão pela qual se INDEFERE a impugnação apresentada, mantendo-se inalteradas as disposições do Edital e do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90058/2025.

---